

Ascensão e Queda 2025

Rastreamento global das usinas de carvão

Abril de 2025



Global Energy Monitor, Centre for Research on Energy and Clean Air,
E3G, Reclaim Finance, Sierra Club, Solutions for Our Climate,
Kiko Network, Trend Asia, Chile Sustentable, POLEN Transiciones Justas, Arayara,
CAN Europe, WKB, DHORA, PRIED, Bankwatch, AJTN, e INSAPROMA

Acompanhamento do pipeline global de usinas a carvão (abril de 2025)

O [Boom & Bust Coal de 2025](#) inclui seções com os seguintes títulos:

(1) Sumário executivo, (2) Principais desenvolvimentos de 2024, (3) Sumário de dados globais, (4) Olhando para trás: dez anos de dados e análises do GCPT, (5) Reino Unido lidera o caminho na eliminação gradual do carvão, (6) Tendências de políticas de financiamento privado para o carvão, (7) China tem o maior número de inícios de construção em uma década, (8) Índia propõe o maior número de novas usinas a carvão em uma década, (9) Aumento do carvão cativo da Indonésia conflita com suas metas de transição justa, (10) Energia a carvão nos EUA continua seu declínio, mesmo com algumas concessionárias resistindo, (11) Desativações na UE27 quadruplicam, (12) Japão e Coreia do Sul planejam prolongar o uso do carvão por meio da combustão de amônia, (13) Países da OCDE Turquia e Austrália têm apenas uma proposta de carvão cada, (14) Propostas na América Latina estão diminuindo, mas subsídios mantêm carvão vivo no Brasil, (15) Desenvolvimento do carvão no sul da Ásia diminui fora da Índia devido à dívida relacionada ao carvão, (16) Sudeste da Ásia não propõe novas usinas a carvão em 2024 fora da Indonésia, (17) Rússia, Ásia Central e Mongólia contrariam as tendências globais do carvão com busca contínua por novas usinas a carvão, (18) Balcãs Ocidentais adiam planos de desativação de usinas a carvão e prazos de eliminação gradual, (19) Energia a carvão na África obtém ganhos no Zimbábue e na Zâmbia, mas tropeça na África do Sul, e (20) Apêndice 1: Tabela de capacidade de energia a carvão em desenvolvimento e operação por país/área (megawatts).

Esta tradução inclui apenas alguns trechos do relatório. A versão completa está disponível em inglês no site da [Global Energy Monitor](#).

Além da Global Energy Monitor, os coautores do relatório são Centre for Research on Energy and Clean Air, E3G, Reclaim Finance, Sierra Club, Solutions for Our Climate, Kiko Network, Trend Asia, Chile Sustentable, POLEN Transiciones Justas, Arayara, CAN Europe, WKB, DHORA, PRIED, Bankwatch, AJTN, e INSAPROMA.

Sumário executivo

Em 2024, a energia a carvão atingiu um novo marco: o mundo inaugurou a menor quantidade de nova capacidade de energia a carvão em vinte anos. A energia a carvão desativada na União Europeia (UE27) quadruplicou, enquanto o Reino Unido (RU) fechou

sua última usina a carvão, tornando-se o sexto país a eliminar totalmente a energia a carvão desde o acordo climático de Paris de 2015.

No entanto, 2024 também teve outro marco: o recorde de inícios de construção de usinas a carvão na China, seguindo o grande aumento de autorizações para usinas a carvão no país entre 2022 e 2023. O ano de 2024 também teve um recorde de novas propostas de usinas a carvão na Índia, com o governo renovando o apoio do país à energia a carvão após uma desaceleração de vários anos.

Fora da China e da Índia, a capacidade de desenvolvimento caiu pelo décimo ano consecutivo. Apenas oito países propuseram novas usinas a carvão em 2024, e 12 países desde 2023. Nos 38 países mais ricos que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as propostas de usinas a carvão caíram de 142 em 2015 para cinco atualmente. O presidente da Indonésia anunciou que o país eliminaria a energia a carvão até 2040, enquanto o governo da Malásia se comprometeu a fazê-lo até 2044. O Brasil tem a última proposta de usina a carvão de mais de 0,1 GW na América Latina, que está parada há anos.

Embora os países da OCDE estejam se distanciando de novas usinas a carvão, as desativações na região precisam mais que triplicar – dos 19 GW em 2024 para 70 GW anualmente até 2030 – para cumprir o acordo climático internacional de Paris. Mais de 200 GW dessa capacidade já tem mais de 40 anos, acima da idade média global de desativação de 37 anos.

Principais desenvolvimentos de 2024

- Com 44 gigawatts (GW), 2024 teve o nível mais baixo de nova produção de energia a carvão em 20 anos, desde 2004. A capacidade comissionada ficou quase 30 GW abaixo da média anual de 2004 a 2024 (72 GW).
- Ainda assim, os 44 GW de nova capacidade de energia a carvão adicionados foram maiores que os 25,2 GW desativados, levando a um aumento líquido de 18,8 GW na frota global de carvão. Fora da China, a capacidade de energia a carvão caiu 9,2 GW, já que as desativações (22,8 GW) excederam os acréscimos (13,5 GW).
- As desativações na UE27 quadruplicaram em 2023, de 2,7 GW para 11 GW, lideradas pela Alemanha (6,7 GW). Ainda na Europa, o Reino Unido fechou sua última usina a carvão e se tornou o sexto país a eliminar a energia a carvão desde o acordo climático de Paris de 2015.

- As desativações nos EUA caíram para 4,7 GW em 2024, o menor número desde 2015. Embora haja planos para desativar quase metade da capacidade restante de energia a carvão dos EUA até 2035, concessionárias como PacifiCorp, Duke Energy e Georgia Power estão adiando ou cancelando as desativações planejadas.
- A capacidade de energia a carvão em desenvolvimento fora da China e da Índia diminuiu pelo décimo ano consecutivo, caindo mais de 80%, de 445 GW em 2015 para 80 GW em 2024. Dez países agora são responsáveis por 96% do desenvolvimento da capacidade de energia a carvão.
- Com 94 GW, a China teve o maior ano de inícios de construção desde 2015, devido ao boom de autorizações entre 2022 e 2023. Se não for contida, a onda de novas usinas a carvão poderá anular a promessa do presidente Xi de atingir o pico de consumo de carvão em 2025.
- 2024 também foi um ano recorde de propostas de novas usinas a carvão na Índia (38 GW), com a Índia e a China sozinhas respondendo por 92% de toda a capacidade de energia a carvão proposta no mundo em 2024 (107 de 116 GW).
- A capacidade de carvão proposta na Indonésia caiu 90%, de 49,7 GW em 2015 para 4,9 GW em 2024. O presidente Prabowo anunciou que a Indonésia eliminará gradualmente a energia a carvão até 2040, embora ainda seja necessário um planejamento significativo para que isso se concretize, principalmente com a busca contínua do país por novas usinas a carvão cativas.
- Na África, Zimbábue e Zâmbia estão vendo aumentos na capacidade proposta de energia a carvão, em grande parte com empresas chinesas por trás, apesar da promessa do governo em 2021 de parar de construir novas usinas de carvão no exterior.
- Novas propostas de carvão diminuíram no Sudeste Asiático devido às promessas de eliminação gradual do carvão na Indonésia e na Malásia, uma moratória sobre a autorização de usinas a carvão nas Filipinas e o desenvolvimento de um planejamento de transição justa no Vietnã.
- A América Latina está quase zerando as propostas para usinas a carvão, com apenas Brasil e Honduras propondo novas usinas do tipo, propostas que estão paradas há anos. Em 2024, o Panamá se comprometeu a eliminar gradualmente a energia a carvão em dois anos, até 2026.
- Nos 38 países mais ricos que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as propostas de usinas a carvão caíram de 142 em 2015 para cinco atualmente. Ainda assim, as desativações anuais da capacidade de carvão precisam mais que triplicar para que se cumpra o acordo climático internacional de Paris (de 19 para 70 GW).

- Os retardatários na eliminação gradual da energia a carvão na OCDE incluem os governos japonês e coreano, que estão promovendo o uso de combustão de amônia em suas usinas a carvão, apesar de a tecnologia ser cara e ineficiente para a geração de energia em larga escala.

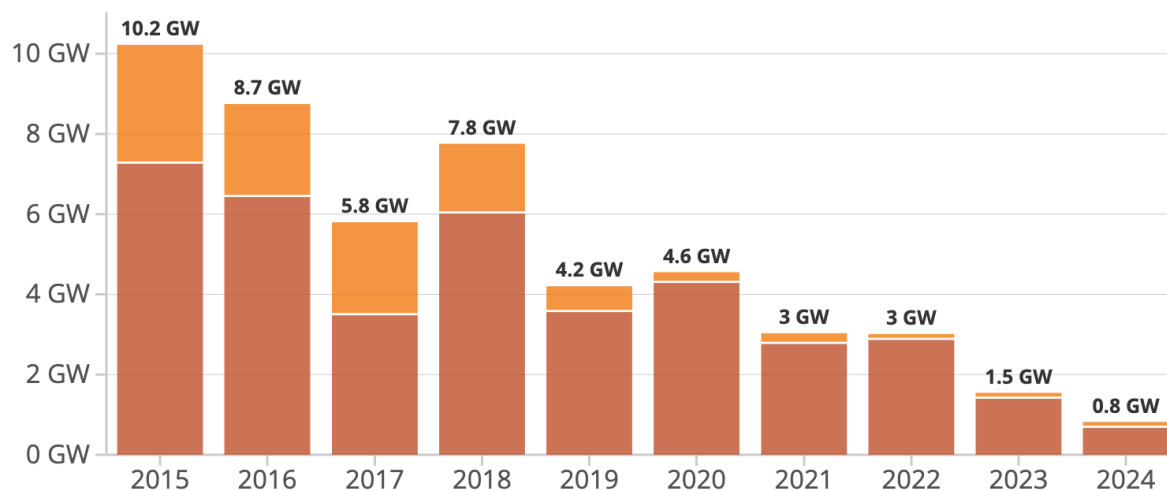
Propostas na América Latina estão diminuindo, mas subsídios mantêm carvão vivo no Brasil

Pelo segundo ano consecutivo, nenhuma nova unidade de geração de energia a carvão foi comissionada na América Latina em 2024. Nenhuma proposta de usina a carvão na região avançou no processo de licenciamento desde 2019 e nenhuma usina a carvão começou a ser construída desde 2016. Além disso, 0,7 GW foram descartados em 2024 – reduzindo a capacidade de energia a carvão em desenvolvimento para 0,8 GW em 2024 (Figura 44). As propostas de usinas a carvão têm enfrentado dificuldades para viabilização na América Latina, visto que a riqueza de recursos renováveis da região faz com que os projetos de energia renovável sejam alternativas altamente competitivas.

Capacidade de carvão proposta em desenvolvimento na América Latina cai para menos de 1 GW em 2024

Capacidade de carvão proposta (anunciada, pré-licenciamento e licenciada) e capacidade em construção por ano, em gigawatts (GW)

■ Total proposto ■ Construção



Fonte: Global Coal Plant Tracker, janeiro de 2025



Figura 44

Enquanto uma única usina a carvão continua em construção na [usina elétrica de Río Turbio](#), na Argentina, a primeira unidade construída no local foi paralisada devido à dívida pendente da empresa e a licenças expiradas, e a construção da segunda unidade está paralisada há anos.

O Brasil tem uma das duas propostas de usinas a carvão em pré-construção na América Latina, que permaneceu paralisada e pouco promissora em 2024. A [usina termelétrica Ouro Negro, em Pedras Altas](#), de 0,6 GW, originalmente proposta em 2015 com financiamento chinês, teve um desempenho ruim nos leilões nacionais de energia do Brasil de 2019 a 2022, perdendo consistentemente para fontes de energia renováveis e projetos de gás natural com preços mais competitivos.

Outros projetos de carvão paralisados no país não progrediram nos últimos anos: uma proposta para a [usina termelétrica Nova Seival](#), de 0,7 GW, foi formalmente [retirada e](#)

[cancelada](#) por seus proprietários em fevereiro de 2025 após a suspensão de sua licença ambiental em 2022, e uma unidade de expansão proposta na [usina termelétrica Pampa Sul](#) parece ter sido abandonada quando a unidade existente da usina a carvão foi transferida para novos proprietários em 2022.

Com os únicos projetos restantes paralisados por inviabilidade econômica ou litígios ambientais, o Brasil está em uma posição privilegiada para descartar formalmente as propostas e se comprometer a [zerar novas propostas de unidades a carvão](#) antes de sediar a COP30 em novembro de 2025 – e dar o exemplo para os demais países integrantes do BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, entre outros países, com o Brasil assumindo a presidência da organização intergovernamental este ano.

Só mais uma proposta de usina a carvão continua ativa na América Latina, na pequena, mas controversa, [usina Puente Alto Energy](#) em Honduras. A validade da proposta foi inicialmente [contestada](#) em 2022 por ser contrária aos compromissos de descarbonização do país, e a oposição local à usina continuou até o início de 2024, quando membros da comunidade [protestaram publicamente](#) contra o projeto.

Dois países latino-americanos membros da [PPCA](#), Colômbia e México, têm uma única proposta paralisada de usina a carvão cada. A [termelétrica La Luna](#), na Colômbia, e a [usina de Coahuila](#), no México, foram omitidas dos documentos de planejamento nacional de seus países desde 2021 e 2022, e nenhum dos projetos deve avançar. Tendo em vista que a Colômbia [aderiu](#) ao apelo da PPCA para se comprometer a zerar novas propostas de unidades a carvão em 2023, é improvável que a termelétrica La Luna, que estava paralisada, seja revivida. No México, a presidente recentemente eleita e cientista climática Claudia Sheinbaum prometeu [aumentar a produção de energia renovável](#) e [investir na descarbonização](#), mas ainda não anunciou planos específicos de descarbonização nem se comprometeu a zerar novas propostas de carvão.

Em termos de capacidade operacional de energia a carvão, o parque de usinas a carvão de 3,1 GW do Brasil só produz cerca de 2% da [geração total de energia](#) do país, com a maior parte do setor elétrico do país ainda dominado pela energia hidrelétrica e uma [parcela crescente](#) de geração de energia renovável eólica e solar. Apesar dos altos custos operacionais das usinas a carvão, o [lobby brasileiro do carvão](#) ajudou a garantir que as usinas fossem [mantidas em operação](#) por meio de grandes subsídios governamentais e contratos de energia pública de longo prazo, alegando que a produção e o consumo do combustível são justificáveis como [combustível de reserva](#) devido a episódios de escassez

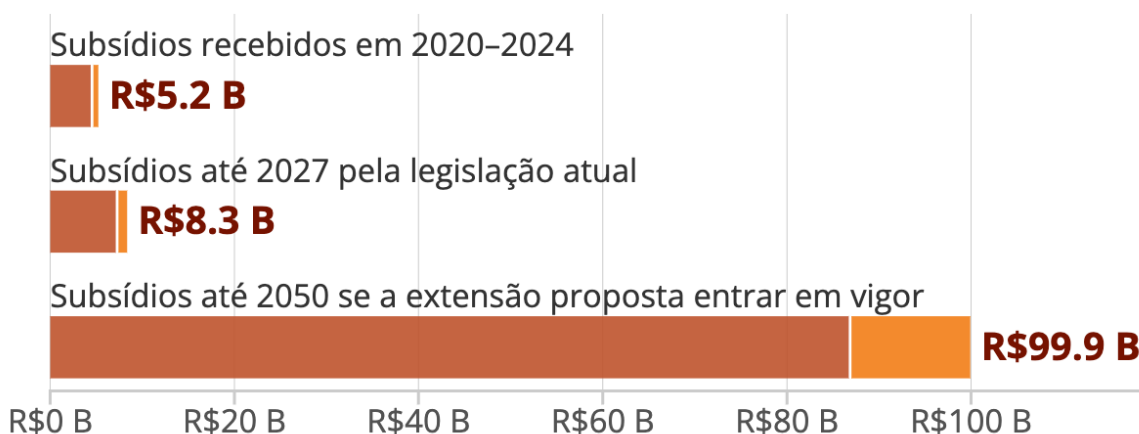
hídrica e déficit de geração de energia hidrelétrica. No período de 2020 a 2024, o governo brasileiro gastou uma média de R\$ 1,07 bilhão (US\$ 185 milhões) anualmente em [subsídios para a geração de eletricidade a carvão](#). Os subsídios governamentais para combustíveis fósseis também continuam a superar aqueles para energias renováveis, apesar de estas [atraírem](#) mais investimentos estrangeiros, com o governo [gastando 4,5 vezes mais](#) em subsídios para combustíveis fósseis do que em energias renováveis no ano de 2023.

Embora o próprio Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do governo brasileiro tenha [recomendado](#) que a [data de vencimento dos subsídios ao carvão](#) original, 2027, seja respeitada, tentativas legislativas ameaçam manter os subsídios ao carvão em vigor até 2050. Em 2022, políticas federais e estaduais propuseram manter os subsídios e o uso do carvão sob o pretexto de políticas justas de transição energética. Uma [lei](#) federal que estabelece o Programa de Transição Energética Justa do ex-presidente Bolsonaro enfrenta oposição e [litígios](#) por instituir uma extensão de subsídio que prolongaria a operação da [termelétrica Jorge Lacerda](#), de 0,9 GW, até 2040. No estado minerador de carvão de Santa Catarina, foram aprovados incentivos fiscais e de crédito patrocinados pelo estado para usinas a carvão sob a égide de ser um programa [de “Transição Energética Justa”](#). Em uma [ação judicial](#) pendente no Supremo Tribunal Federal contra o governo de Santa Catarina, o programa foi acusado de violar a Política Nacional sobre Mudança do Clima do Brasil, a Constituição Federal e o Acordo de Paris.

Depois que um projeto de lei sobre energia eólica offshore foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados em 2022, os deputados adicionaram diversas [emendas não relacionadas](#) ao projeto, estipulando disposições para subsídios aos combustíveis fósseis. No início de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o [projeto de lei de energia eólica](#), mas [vetou](#) as cláusulas que estendiam subsídios e contratos para usinas a carvão e gás natural. No entanto, os vetos de Lula ainda podem ser anulados pelo Congresso Nacional – que já [frustrou](#) iniciativas ambientais do presidente antes –, potencialmente colocando [R\\$ 92 bilhões](#) (US\$ 16 bilhões) em subsídios contratados para usinas a carvão de volta à mesa. A extensão dos subsídios ao carvão se soma aos estimados R\$ 8 bilhões (US\$ 1 bilhão) que já serão pagos pelos consumidores pelos subsídios ao carvão de 2020 a 2027, ano em que estão programados para expirar (Figura 45).

Extensão dos subsídios ao carvão no Brasil pode chegar a R\$ 100 bilhões (US\$ 17 bilhões) até 2050 para duas usinas a carvão no caso de não forem sancionados vetos do presidente pelo Congresso

Usina a carvão: ■ Jorge Lacerda (CTJL) ■ Candiota III



Fontes: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Arayara e Frente Nacional dos Consumidores de Energia



Figura 45

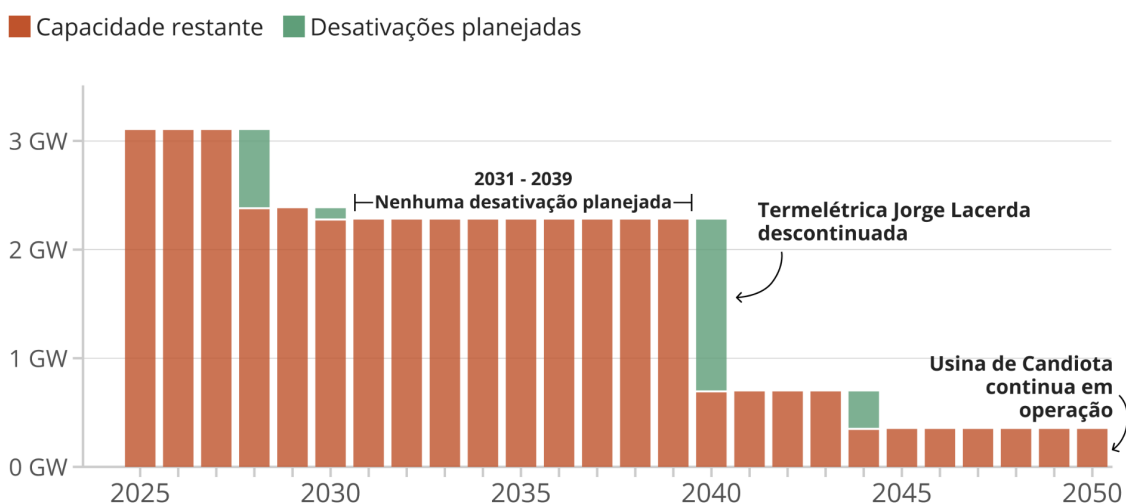
Se os artigos vetados pelo Executivo não forem sancionados pelo Legislativo sobre combustíveis fósseis e permanecerem na lei, os subsídios possibilitarão a operação contínua de usinas a carvão até 2050 – estendendo a desativação planejada da termelétrica Jorge Lacerda em uma década – e determinarão a contratação de duas usinas a carvão adicionais em leilões de energia do governo no mesmo período: a [usina Presidente Médici, em Candiota](#), de 0,4 GW, que foi identificada como uma das principais emissoras de gases de efeito estufa do país, e a [usina de Figueira](#), de 20 MW, que atualmente está sob [litígio](#) por violações das leis ambientais e climáticas. A operação da Usina de Candiota se encontra inviabilizada, uma vez que seus contratos de venda de energia se encerraram em dezembro de 2024. Assim como em relação a multa aplicada em 06.12.2024 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA à ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A no valor de R\$ 500 mil em virtude de não atendimento às condicionantes da Licença de Operação n/ 991/2010 que vence em 2026, este processo segue em sigilo neste órgão ambiental Federal.

Um projeto de lei atualmente em discussão no Congresso poderia colocar de volta à mesa R\$ 92 bilhões (US\$ 16 bilhões) em subsídios contratados para usinas a carvão, conforme dados do estudo realizado pela Frente Nacional dos Consumidores de Energia ([Frente Nacional dos Consumidores](#)).

Em 2024, novos compromissos climáticos no Brasil reconheceram a necessidade de acelerar a transição energética, mas não chegaram a uma eliminação ou redução gradual do carvão. Em novembro de 2024, depois de [secas](#) e [inundações](#) causadas pelo clima severo no país nos últimos dois anos, a [versão atualizada](#) da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil aumentou as metas de redução de emissões do país para 2035. No entanto, em vez de se posicionar contra o carvão, tanto a NDC atualizada quanto o [Pacto pela Transformação Ecológica](#) de 2024 enfatizam a adoção de tecnologias de “carvão limpo” como medidas para a descontinuação gradual das usinas a carvão no Brasil – das quais a maioria deve continuar operando até 2040 (Figura 46).

Pelo cronograma atual, a UTE Jorge Lacerda com carvão do Brasil continuará operando até 2040. Caso os vetos presidenciais não sejam aprovados, as UTEs Candiota e Figueira serão reativadas, e se juntarão à UTE Jorge Lacerda até 2050.

Capacidade de carvão restante e desativações planejadas, em gigawatts (GW)



Fonte: Global Coal Plant Tracker, janeiro de 2025

Observação: Pressupõe que as usinas a carvão sejam desativadas conforme planejado ou prometido atualmente. Não faz suposições sobre acréscimos de capacidade ou vida útil das unidades.



Figura 46

Em vez de continuar a sustentar a energia a carvão às custas do encarecimento das contas de luz dos consumidores cativos, implementar políticas [estaduais de transição energética justa](#) no Brasil poderia atrair investimentos internacionais em energia renovável e projetos de [expansão da transmissão](#) com retornos de longo prazo – e garantir que o financiamento público e os meios de subsistência dos trabalhadores da mineração de carvão não fiquem confinados no setor de energia a carvão, que não é lucrativa e está em declínio.

Em 2024, diversos outros países latino-americanos tiveram avanços em relação aos compromissos de eliminação gradual do carvão, e 0,4 GW de capacidade a carvão foi desativada na região. O Chile, um dos nove países membros da PPCA na América Latina e no Caribe, liderou a região em desativações de carvão ao fechar ambas as unidades da [termelétrica Nueva Tocopilla](#), de 0,3 GW, mais de um ano antes da data de fechamento previamente programada. Isso concluiu o fechamento de 11 usinas elétricas a carvão no Chile, de um total de 28 em operação em 2018. Em 2025, nove usinas a carvão adicionais, representando mais de 2,1 GW de capacidade instalada, estão comprometidas com a desativação. Isso deixará oito unidades a carvão (1,7 GW) em três usinas ainda operando sem uma data de fechamento comprometida antes de 2040, a data de eliminação gradual comprometida nacionalmente.

Apesar do sucesso da estratégia de eliminação gradual do Chile desde [2018](#), uma versão provisória de novembro de 2024 do novo Plano de Descarbonização do país foi recebido com [críticas](#) por seu endosso a uma proposta da Guacolda Energía para iniciar a combustão de amônia com carvão em todas as cinco unidades da [usina Guacolda](#) (0,8 GW) – perpetuando a combustão de carvão para geração de eletricidade e aumentando os custos de geração e as emissões de NOx, com [impactos](#) negativos para a saúde da população e o meio ambiente.

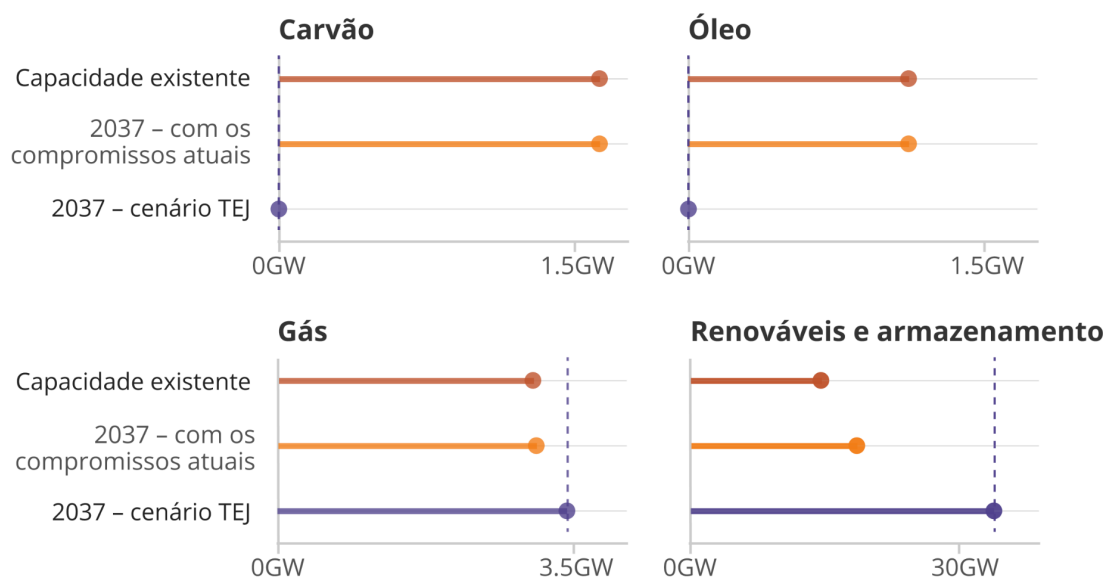
A Colômbia aderiu à PPCA em 2023, comprometendo-se a eliminar gradualmente a geração de eletricidade a carvão até 2030. Como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país deve eliminar gradualmente a geração de energia a carvão [até 2030](#), em conformidade com seus compromissos climáticos no Acordo de Paris. No entanto, atingir essa meta requer medidas mais ambiciosas do governo nacional, já que a Colômbia ainda opera 14 unidades de geração a carvão em cinco usinas (Gecelca, Termoguajira, Termopaipa, Termozipa e Termotasajero).

Deve-se notar que nenhuma nova unidade de geração de energia a carvão foi comissionada em 2024, e nenhum plano para novos ativos a carvão foi anunciado ou tornado público. Depois da pressão de organizações da sociedade civil (OSC), a versão atualizada do [Plano Indicativo de Expansão da Geração 2023–2037](#), da Unidade de Planejamento de Mineração e Energia (UPME), introduziu o Cenário nº 4, intitulado Transição Energética Justa (TEJ), que exclui qualquer nova infraestrutura de geração a carvão e prevê a eliminação completa da capacidade de carvão existente até 2037. Embora o cenário TEJ esteja sete anos aquém da data prometida de eliminação (2030), ele remove 1,6 GW de energia a carvão ainda a operar até 2037 nos cenários originais do plano (Figura 47).

Compromissos atuais da Colômbia ficam aquém do cenário TEJ

Cenário de referência atualmente planejado para 2037 em comparação com a capacidade existente e as metas do cenário TEJ, para carvão, óleo, gás e renováveis e armazenamento em baterias

● Capacidade existente ● 2037 – cenário de referência atualmente planejado ● 2037 – cenário TEJ



Fontes: Unidad de Planeación Minero Energética, abril de 2024; Global Coal Plant Tracker, janeiro de 2025



Figura 47

Além disso, o sumário executivo do [Roteiro para a Transição Energética Justa](#) da Colômbia, publicado pela presidência em fevereiro de 2025, inclui várias referências à necessidade de

uma eliminação gradual do carvão. O documento reconhece a vulnerabilidade da Colômbia às incertezas do mercado global em torno do carvão térmico e dos combustíveis fósseis, e observa que a queda nos custos de investimento e geração de energias renováveis pode levar à suplantação de usinas a carvão mais antigas e ineficientes, especialmente aquelas próximas a possíveis locais de desenvolvimento de energia renovável. Mais especificamente, o roteiro descreve um plano de ação, a Transição das Carboelétricas, que estabelece que, à medida que marcos críticos para a segurança, confiabilidade e suficiência energética com fontes não convencionais de energia renovável (FNCER) forem atingidos, as obrigações de energia firme (OEF) para usinas a carvão não serão mais estendidas, promovendo sua saída gradual do sistema elétrico da Colômbia.

O roteiro também detalha medidas de suporte técnico para a conversão da Gecelca e da Gensa, as empresas de energia a carvão de propriedade majoritária do estado. Ele propõe um modelo de transição abrangente para essas empresas e a criação de uma linha de crédito do governo para facilitar a transição das usinas a carvão em direção à implantação de energias renováveis, juntamente com uma exploração de fontes alternativas de financiamento, como títulos de carbono e outros mecanismos. Também são mencionadas iniciativas de reciclagem da força de trabalho como parte de uma estratégia mais ampla de transição justa para os funcionários das usinas a carvão.

Apesar dessas iniciativas, conforme observado no [Boom and Bust 2024](#), um grande obstáculo à eliminação gradual das usinas elétricas a carvão na Colômbia continua sendo a falta de modelos de negócios alternativos viáveis. Em particular, a ausência de um arcabouço regulatório que incentive projetos de energia renovável a substituir a geração a carvão (como firmar PPAs de longo prazo financiáveis e atrativos, além de garantir o fornecimento de serviços complementares essenciais atualmente fornecidos por usinas a carvão) representa um desafio crítico. Desenvolver esse arcabouço é essencial para que o país atinja sua meta de eliminar a energia a carvão até 2030. Embora diversas OSC tenham apresentado propostas ao governo nacional, incluindo o Ministério de Minas e Energia, a UPME e outros decisores importantes, essas recomendações ainda precisam ser traduzidas em medidas políticas concretas pelas autoridades relevantes.

O Panamá, país membro da PPCA desde 2023, se comprometeu a eliminar completamente a energia a carvão em 2026, de acordo com sua [NDC atualizada](#) para 2025. A única usina a carvão em operação no Panamá, a [usina da Cobre Panamá](#), está desativada desde o início de 2024, após [escassezes de combustível](#) e o [vencimento](#) de sua licença em março. Com menos de dois anos restantes para o prazo de eliminação do carvão prometido

nacionalmente pelo país, esperava-se que a usina a carvão continuasse operando durante a fase de “Preservação e Gestão Segura” (P&SM) da mina de cobre associada da Cobre Panamá, antes da desativação final da usina a carvão.

Na República Dominicana, pouco mais de um gigawatt de capacidade de energia a carvão continua em operação. Na [termelétrica Punta Catalina](#), de 0,8 GW – a maior usina a carvão da República Dominicana – o progresso em direção à transição do carvão para fontes renováveis tem sido lento, com uma única [usina solar](#) de 40 megawatts (MW) atualmente em desenvolvimento no local. Organizações locais como o Comitê Nacional de Combate às Mudanças Climáticas (CNLCC) e o Instituto de Advogados para a Proteção do Meio Ambiente (Insaproma) continuam pressionando por uma [transição completa](#) da capacidade de 0,8 GW da usina para energias renováveis até 2028, argumentando que a energia gerada a carvão no país [custa](#) quase quatro vezes mais por quilowatt-hora (kWh) do que a energia gerada por fontes de energia renováveis.